



Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Bandeiras, itens de manutenção, bandeiras de mesa e itens específicos para realização de cerimônias oficiais, a fim de atender as necessidades funcionais da Secretaria de Gabinete do Prefeito, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Gabinete do Prefeito
1.3	Fundamentação legal:	Sistema de Registro de Preços - Lei 8.666/93; Lei 10.520/2002; e, Decreto Municipal n.º 599/2020.
1.4	Período:	12 (doze) meses
1.5	Tipo:	Menor preço, critério de julgamento por lote, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

1.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
LOTE 1:				
01	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Município de Nova Friburgo/RJ	UN	40
02	449994	Bandeira institucional, 3 panos material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 195 cm, largura: 135 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Município de Nova Friburgo/RJ	UN	30
03	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Município de Nova Friburgo/RJ	UN	20
04	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Brasil	UN	40
05	449994	Bandeira institucional, 3 panos material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 195 cm, largura: 135 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Brasil	UN	30
06	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Brasil	UN	20
07	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Estado do Rio de Janeiro	UN	40
08	449994	Bandeira institucional, 3 panos material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 195 cm, largura: 135 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Estado do Rio de Janeiro	UN	30
09	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: Estado do Rio de Janeiro	UN	20
10	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Áustria	UN	40
11	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE,	UN	40



		ESTAMPADA, representação: Pan Africana		
12	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Hungria	UN	40
13	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Hungria	UN	05
14	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Líbano	UN	40
15	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Líbano	UN	05
16	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Alemanha	UN	40
17	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Alemanha	UN	05
18	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Suíça	UN	40
19	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional de Portugal	UN	40
20	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional de Portugal	UN	05
21	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Japão	UN	40
22	449994	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Japão	UN	05
23	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Espanha	UN	40
24	449994	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Itália	UN	40
25	449944	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Uruguai	UN	10
26	449944	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Uruguai	UN	05
27	449944	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Argentina	UN	10
28	449944	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Argentina	UN	05
29	449944	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da França	UN	05
30	449944	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da França	UN	05
31	449944	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Bélgica	UN	10
32	449944	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Bélgica	UN	10
33	449944	Bandeira institucional, 4 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 256 cm, largura: 180 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional do Paraguai	UN	10
34	449944	Bandeira institucional, 2 panos , material: 100% poliéster, com aproximadamente comprimento: 128 cm, largura: 90 cm, características adicionais: DUPLA FACE, ESTAMPADA, representação: nacional da Paraguai	UN	05
35	72575	Roseta de Bandeira	UN	30



36	353571	Corda 100% poliéster, multifilamento, com espessura de aproximadamente 4mm, cor branca, com 1.000 metros.	UN	10
LOTE 2:				
37	125829	Bandeira institucional de mesa estampada – BANDEIRA DE MESA – representação: Estado do Rio de Janeiro , MATERIAL: CETIM, DUPLA FACE, Comprimento: 21 cm, Largura:14 cm.	UN	200
38	125829	Bandeira institucional de mesa estampada – BANDEIRA DE MESA – representação: nacional do Brasil , MATERIAL: CETIM, DUPLA FACE Comprimento: 21 cm, Largura: 14 cm.	UN	200
39	125829	Bandeira institucional de mesa estampada – BANDEIRA DE MESA – representação: Município de Nova Friburgo/RJ. , MATERIAL: CETIM, DUPLA FACE, Comprimento:21 cm, Largura:14 cm.	UN	250
40	102995	PEDESTAL COM 3 MASTROS – BANDEIRA DE MESA – , MATERIAL:MADEIRA ENVERNIZADA, Tamanho: 0,15 X 0,08 X 0,25M, APLICAÇÃO:BANDEIRA	UN	200
41	102995	PEDESTAL COM 1 MASTRO – BANDEIRA DE MESA – , MATERIAL:MADEIRA ENVERNIZADA, Tamanho: 0,09 X 0,06 X 0,25M, APLICAÇÃO: BANDEIRA	UN	50
LOTE 3:				
PEDESTAL CONTROLE ACESSO PESSOAS COM CORDÃO EM NYLON TRANÇADO NA COR VERMELHA MATERIAL: ALUMÍNIO, ACABAMENTO: CROMADO. COR: DOURADO.				
42	102995	FORMATO SUPORTE PEDESTAL: REDONDO, APLICAÇÃO: CONTROLE ACESSO PESSOAS, ALTURA: 95 CM, DIAMETRO BASE: 34CM, DIAMETRO TUBO:7cm CORDÃO: 10 CM DE CIRCUNFERÊNCIA E 1,50M DE COMPRIMENTO com GANCHOS (prendedor) em: MATERIAL: ALUMÍNIO, ACABAMENTO: CROMADO. COR: DOURADO.	UN	10

1.3. Com o objetivo de garantir que os itens tenham a qualidade necessária para o fim a que se propõe, será necessário que atendam os seguintes requisitos:

1.3.1. A feitura das Bandeiras Nacionais obedecerá às regras estabelecidas pela Lei 5.700, de 01/09/1971, alterada pela Lei nº 8.421, de 11/05/1992, bem como as Normas ABNT NBR nº 16286/2014 e ABNT NBR nº 16287/2014, para confecção de bandeiras.

1.3.2. As duas faces devem ser exatamente iguais, com a faixa branca inclinada da esquerda para a direita (do observador que olha a faixa de frente, sendo vedado fazer uma face como avesso da outra).

1.3.3. Todos os itens industrializados deverão ser produzidos por empresa de especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica. Isso se justifica para que seja garantida a qualidade e padronização dos itens.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O Município de Nova Friburgo não realiza licitações para aquisição de bandeiras oficiais desde o ano de 2018, nem de itens necessários à realização de cerimônias oficiais e recepção de autoridades, restando prejudicada a rotina de manutenção, reposição e substituições necessárias de suas bandeiras; atualmente, o Município conta com aproximadamente 10 (dez) locais de hasteamento e arriamento de bandeiras;

2.2. Observando as regras previstas pela Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971, que "Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências", alterada pela Lei n.º 8421/1992, a Secretaria de Gabinete do Prefeito, por seu Cerimonial, realizou criterioso levantamento acerca do quantitativo de bandeiras institucionais de uso do Município e do estado de conservação destas;



2.3. Considerando que não é possível precisar o tempo de desgaste nem os possíveis danos a uma bandeira, e dos itens destinados à manutenção, hasteamento e arriamento; valendo o mesmo para os itens necessários à realização de cerimônias oficiais e recepção de autoridades, o Sistema de Registro de Preço, pelo menor preço unitário, ou seja, por item, é a solução mais adequada ao caso.

2.4. A estimativa é baseada em uma quantidade mínima para uma troca periódica, tendo-se ainda uma margem para possíveis danos não previstos. Além disso, o procedimento administrativo anterior, n.º 6006/2018, pelo tempo transcorrido, não pode ser considerado como parâmetro exato à necessidade de aquisição de bandeiras institucionais, portanto, pode-se afirmar que não há registro. O qual, inclusive, não vislumbrou a necessidade de aquisição de itens para realização de cerimônias oficiais e recepção de autoridades.

2.5. A presente aquisição objetiva atender as necessidades funcionais da Secretaria de Gabinete do Prefeito no que concerne à regular colocação, substituição e manutenção das bandeiras, mais os itens de bandeiras de mesa e de cerimônias oficiais, para o período de 12 meses.

2.6. Por fim, a aquisição de bandeiras e demais itens são primordiais para que o Município possa cumprir as exigências e formalidades legais, principalmente, quando da realização de cerimônias oficiais, além de manter viva a sua história e possibilitar a devida homenagem a todos os países que fizeram parte da colonização do município; portanto, a ausência ou a deterioração das bandeiras e dos pavilhões existentes demonstra desrespeito à nossa história e às colônias formadoras.

2.7. A Secretaria de Gabinete do Prefeito hoje possui o seguinte quantitativo de bandeiras:

REPRESENTAÇÃO	Tamanho 2 PANOS	Tamanho 3 PANOS	Tamanho 4 PANOS
BRASIL	-	2	2
RIO DE JANEIRO	2	1	-
NOVA FRIBURGO	-	-	3
ÁUSTRIA	3	-	1
PAN AFRICANA	2	-	1
HUNGRIA	3	-	1
LÍBANO	2	-	1
ALEMANHA	2	-	1
SUÍÇA	-	4	3
PORTUGAL	2	6	1
JAPÃO	2	-	1
ESPANHA	2	-	1
ITÁLIA	2	-	1



2.8. O Cerimonial da Secretaria de Gabinete do Prefeito não dispõe de rosetas, suporte para bandeiras individuais com mastros, nem de corda para que o hasteamento e arriamento das bandeiras. Como se nota, não há atualmente sequer a possibilidade de hastear novos conjuntos, nem mesmo de fazer a manutenção de diversos pavilhões. As bandeiras necessitam da corda de poliéster para que sejam sustentadas e ainda do suporte para mastro.

2.9. As estimativas correspondentes foram baseadas em uma média de que a cada 6 (seis) meses é necessária a substituição das bandeiras pelo desgaste natural e mais um percentual de 20% para eventuais danos que não sejam previsíveis como a ação do tempo.

2.10. Os itens listados nesse termo de referência constituem materiais cujos padrões de desempenho e qualidades podem ser objetivamente definidas pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, e são, portanto, classificados como **bens comuns**.

3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.2. Existe o dever da Administração Pública em levar em conta os aspectos socioambientais, para realização de compras públicas sustentáveis, de modo a valorizar os custos efetivos que considerem condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia, além de reduzir os danos ao ambiente natural, conforme os preceitos do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 de 1993.

3.3. Deve sempre, também, a Administração buscar a compra pública sustentável, ou licitação sustentável, que considere todas as consequências ambientais, sociais e econômicas dos seguintes aspectos: elaboração de projeto; utilização de materiais renováveis; métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção e reuso; opções de reciclagem; e comprometimento dos fornecedores em lidar essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;



4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33903051 – Material de Consumo
5.1.2	Fonte de Recurso:	00
5.1.2	Programa de Trabalho:	02001.0412200012.003 – Recepção a Autoridades e Convidados

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Secretaria requisitante:	Secretaria de Gabinete do Prefeito
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

6.2. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;



6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DA LIQUIDAÇÃO

A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



9.1.6. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada (quando for o caso);

10.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria de Gabinete do Prefeito, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.9. Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;



10.1.10. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Gabinete do Prefeito;

11. DA GARANTIA

Declarar, detalhadamente, a garantia dos produtos descritos neste termo, cujo prazo não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo de cada item pela secretaria requisitante.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive, retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
FELIPPE DE JESUS SCHENQUEL	063.023	Gestor titular
JÉSSICA LABANDEIRA DA SILVA	062.642	Gestor substituto
ADRIANA DE ARAÚJO RIBEIRO	062.867	Fiscal titular
ANDERSON PAULO FREZ BOY	062.131	Fiscal substituto



14.3. O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Secretaria de Gabinete do Prefeito, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1. Comete infração administrativa à contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência;



16.3.2. Multa:

16.3.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta (quando for o caso);

16.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria de Gabinete do Prefeito



18.3. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria de Gabinete do Prefeito.

18.4. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 13 de março de 2022.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Felippe de Jesus Schenquel Matrícula n.º 063.023	<hr/> Aline Oliveira de Bustamante Matrícula n.º 199.017

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente e de acordo:

Johnny Maycon
Prefeito
Matrícula n.º 62.000